



ANEXO V – DIRETRIZES PARA ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

As DIRETRIZES PARA ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA possuem a finalidade de orientar a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), que, se necessário, instruirá a documentação necessária para a construção do novo Fórum **União da Vitória**. Tal necessidade se dará em caso de obrigatoriedade estipulada em legislação por órgão competente.

De qualquer forma, não se exime a contratada de respeitar todo o arcabouço legislativo aplicável ao EIV em questão, bem como da responsabilidade por todos os aspectos técnicos atinentes ao estudo. Cabe ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), por sua vez, quaisquer compensações, obras ou implementações futuras resultantes das necessidades apontadas no EIV, não sendo responsabilidade da contratada, portanto, tomar as possíveis medidas apontadas pelo estudo.

O pagamento relativo ao EIV está condicionado à aprovação do estudo junto aos órgãos municipais competentes, devendo essa aprovação ser entregue ao TJPR. Conforme descrição contida nas “ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO”, “CRONOGRAMA DE CONTRATO” entre outros documentos que fazem parte da documentação da contratação, tal estudo está contido na 1ª Fase de Execução de Serviços do contrato, caracterizada também por elaboração de projetos, orçamentação da obra etc.

Destaca-se que quaisquer licenças, anuências, aprovações, protocolos, bem como normativas, solicitações e exigências requeridas pelos órgãos acima descritos a fim da obtenção da aprovação do EIV e posterior continuidade do empreendimento são de inteira responsabilidade da contratada.

O estudo de impacto de vizinhança possui como principal objetivo o controle e a gestão de aspectos e impactos urbanos em diversas fases, tais como a instalação e operação de empreendimentos. Trata-se de um instrumento de avaliação prévio à execução da obra ou início da atividade, possibilitando a adoção de alternativas e estratégias para minimizar e compensar os efeitos decorrentes da implantação no meio urbano.

Salienta-se que o não cumprimento de quaisquer obrigações necessárias implicará o não recebimento/pagamento da referida etapa e, conseqüentemente, as aplicações dos instrumentos pertinentes previstos em contrato.